

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 186/XIV/1.ª

Alargamento da Rede de Creches Públicas e apoio às famílias quando não existam respostas no sector público

### Exposição de motivos

Uma das grandes preocupações das famílias Portuguesas com crianças dos 0-3 anos, para além da crescente insegurança que se vive no país, é a falta de vagas em Creches, sejam publicas ou privadas. É fundamental que os pais tenham onde deixar os seus filhos em segurança, para que assim possam trabalhar tranquilamente.

O CHEGA defende e refere no seu programa e num conjunto de medidas a concretizar, o apoio à natalidade, e a criação de creches, a par do aumento da Licença Parental, é sem dúvida uma destas medidas. Em Portugal continental, a resposta é extremamente limitada quer no sector social quer no privado. Das creches disponíveis no Continente, 3/4 são respostas de Instituições Particulares e de Solidariedade Social (IPSS), financiadas pela Segurança Social e desta forma podem, assim, garantir preços mais acessíveis às famílias.

Em média um utente custacerca de 273,87€, além deste valor, as famílias são chamadas a contribuir com uma comparticipação, em função dos seus rendimentos e da composição do seu agregado familiar. A comparticipação paga pelo Estado é uma ajuda, mas, não a suficiente para minorar as dificuldades das famílias das classes mais desfavorecidas.

Veja-se como exemplo, um casal com rendimento de 1100€, com dois filhos, pagam 170 euros por cada um, numa creche de uma IPSS da margem sul do Tejo.

No sector privado, os preços mensais variam entre os 300 e os 600 euros, e, mesmo com estes valores, há listas de espera.

Dados avançados na edição do dia 25\_09\_2019, do Jornal de Notícias, mostra a carência nos vários concelhos do país, com destaque para Lisboa, Setúbal e Porto onde mais de metade das crianças não tem vaga nas instituições da rede pública, o que provoca uma situação de grande preocupação para as famílias. Segundo o mesmo jornal, "a região do Grande Porto concentra 1/3 dos 35 concelhos sem vagas para as crianças até aos 3 anos na rede pública de creches- sejam IPSS, associações com contrato com o Estado, mas também amas.

Também nos distritos de Lisboa e Setúbal, mais de metade das crianças não têm vaga. Só os distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre têm uma taxa de cobertura superior aos 70%".

Em julho último, na tentativa de minorar esta grave lacuna, o primeiro-ministro anunciou 7 mil novas vagas, nas creches das IPSS e nas regiões metropolitanas, embora, ainda não haja data para a abertura do concurso.

As famílias e as crianças não podem continuar a ser confrontadas com estas dificuldades, nesse sentido, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, recomenda ao Governo que:

- 1 - Proceda a um levantamento das reais necessidades existentes ao nível da resposta social de creches no sector social.
- 2 - Lance um programa de construção de novas creches no sector público e sector social para colmatar as carências.
- 3- Promova um projeto de apoio às famílias para suportar o custo das mensalidades no sector privado quando não é possível encontrar resposta no sector público.

Assembleia da República, 30 de dezembro de 2019

O Deputado do CHEGA  
André Ventura